



A aquarela de José Carlos Freitas Lemos integra o projeto de extensão Memória – 50 anos dos expurgos da UFRGS

FLAVIO DUFRAY/JU

Lições de um período de silenciamento

Memória
Mais de cinco décadas depois do início do regime militar brasileiro, o reconhecimento da perseguição aos docentes na Universidade dá mais um passo

Imagine descobrir através de uma transmissão de rádio que você foi demitido. Sem comunicação do chefe, convocação para comparecer ao RH, aviso prévio, nada disso. Apenas repentina e sumariamente afastado de suas funções. Para piorar, essa demissão não só lhe afasta do emprego como ainda vira

uma marca perante a sociedade, fazendo com que algumas pessoas do seu convívio tenham receio de se aproximar ou mesmo conversar com você.

O cenário que parece até ficcional aconteceu com professores da UFRGS em 1969, no auge da perseguição política na ditadura militar brasileira. Os episódios arbitrários fizeram parte da segunda etapa do que entrou para a história como “expurgos” da Universidade, afastamento de professores em processo iniciado em 1964. Nesse período sofreram também perseguição técnicos administrativos e estudantes que fossem considerados subversivos ou opositores do regime.

No caso dos professores, os expurgos da UFRGS aconteceram em duas ocasiões. A primeira foi logo após o golpe de 1964, quando 17 docentes foram afastados de suas atividades acadêmicas sob aparente normalidade. A segunda foi em 1969, em um período de acirramento da repressão, atingindo outros 20 educadores.

Falsa normalidade – Em abril de 64, havia a intenção – ou, ao menos, o discurso – de que o governo militar fosse transitório e de que a democracia seria prontamente restabelecida. Isso pode explicar porque os processos de exclusão de professores tenham tentado manter uma aparência de normalidade jurídica e respeito à autonomia da instituição. Por ordem do Ministério da Educação (MEC), as universidades deveriam constituir comissões internas para julgar os docentes acusados de subversão. O que não significa que as instituições não tenham encontrado formas de resistir ao assédio, pelo contrário. Na UFRGS, o parecer foi de que não havia necessidade de investigar os professores, decisão que não agradou o MEC.

Como a normalidade era apenas na aparência, o ministério então determinou a criação de Comissões Especiais de Investigação Sumária (Ceis) na Universidade, grupos que passaram a ser responsáveis pelos inquéritos.

Essa determinação criou uma cisão dentro do corpo docente. De um lado, havia o grupo de professores que acreditava não haver como impedir a instauração das Comissões, mas que seria possível minimizar os danos, já que a Universidade indicaria educadores para participar dos processos. De outro, havia aqueles que se recusaram a tomar parte nas ações por considerarem que isso legitimava a perseguição.

A divisão entre integrantes das comissões e acusados era evidente, e não só por estarem em posições antagônicas. Os processos, segundo os expurgados, foram, em grande parte, guiados por vaidades e desavenças pessoais. Atualmente aposentado, o professor Cláudio Accurso, por exemplo, acabou afastado da Faculdade de Ciências Econômicas (FCE) à época em um processo capitaneado por um de seus colegas de unidade, Nagipe Buaes. O caso ocorreu depois que os dois tiveram resultados opostos em uma enquete informal realizada

pelos alunos da faculdade. Enquanto o primeiro foi o docente mais bem avaliado, em último lugar ficou o responsável pelo processo. No inquérito, perguntas sobre atividades subversivas ou propaganda comunista deram lugar a questionamentos sobre uma suposta influência do réu na realização do levantamento entre os estudantes e um tópico mais inusitado: “Por que um aluno reprovado na disciplina do professor Buaes foi indicado por Accurso para uma bolsa de estudos oferecida pela ONU?”. “Eu respondi ao professor Buaes que ele perguntasse à ONU, porque o estudante foi aprovado para a bolsa. Então, a ONU deveria ter critérios de avaliação diferentes dos dele”, relembra Cláudio.

Uma coleção das mais absurdas acusações está recordada no livro *Universidade e Repressão: os expurgos na UFRGS*, publicado pela editora L&PM, em 1979 – logo após o processo de anistia. Entre elas estão: controlar a situação comunista na faculdade, participar de greve dos



estudantes, exercer influência esquerdistante na mentalidade dos alunos, perturbar a convivência universitária e “só se dar com comunistas”.

Além de carecerem de embasamento, os processos das comissões também ignoravam preceitos jurídicos dos mais básicos. Os acusados não tinham direito, por exemplo, a uma cópia por escrito das acusações – que eram apresentadas oralmente. O professor Luiz Fernando Corona, da Faculdade de Belas Artes, impetrou mandado de segurança no Supremo Tribunal Federal (STF) atestando a impossibilidade de ampla defesa por não ser possível arrolar e ouvir testemunhas, impedimento imposto sem justificativa. “A honorável Comissão transformou o rito da investigação em uma farsa, basta recordar que não é possível o preparo de qualquer defesa razoável sem pesar o valor, a autenticidade, a idoneidade da fonte das provas da acusação, que devem ser refutadas com outras provas. Mas como refutá-las sem conhecê-las?”, argumenta o mandado, segundo o livro *Universidade e Repressão: os expurgos na UFRGS*.

Ante esse cenário, não havia muito o que os réus poderiam fazer. Muitos, como os professores Cláudio e Luiz Carlos Piniheiro Machado, da Faculdade de Agronomia e Veterinária, seguiram com carreira na iniciativa privada, mas não sem dificuldades. Para Luiz Carlos, por exemplo, a interrupção abrupta da carreira na UFRGS, por mais injusta que tenha sido, não foi a maior frustração. Em 1964, ele estava pesquisando na Alemanha Ocidental, a convite do governo do país, quando recebeu a má notícia da esposa: por telegrama, ela contou que ele teria que voltar ao Brasil, pois estava sendo convocado, por publicações em jornais, pela Comissão de Inquérito. “Eu era o mais jovem professor catedrático da Universidade e havia sido paraninfo três vezes. O governo da Alemanha Ocidental havia dito para eu ficar o tempo que quisesse”, lembra Luiz Carlos, também aposentado.

O professor Cláudio conta ainda que conseguiu ter uma carreira bem sucedida depois da expulsão, mas com percalços. Quando saiu da faculdade, teve três empregos interrompidos pelos militares. O primeiro foi na Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE), onde foi convidado para fazer um projeto para o Banco Mundial. “Quando os milicos descobriram, deram um ultimato e me botaram pra rua”, lamenta. O segundo foi na iniciativa privada, mas a empresa teve o crédito ameaçado pelo regime caso não o demitisse. Depois, o ex-docente foi convidado para preparar o orçamento da gestão de Ildo Meneghetti, governador do Rio Grande do Sul entre 1963 e 1966. “Um dia, o governador

me chamou e disse: ‘Professor, vou lhe pedir o favor de não botar mais os pés aqui, porque vão lhe prender. E, pra mim, seria uma vergonha muito grande se o senhor sair do palácio preso’”, conta Cláudio.

“As universidades têm o dever de pesquisar e divulgar a história, além de ter um posicionamento oficial sobre o que aconteceu com professores, estudantes e funcionários”

Lorena Holzman

A própria universidade também perdeu com os expurgos. A perseguição impediu a UFRGS, por exemplo, de ter a primeira disciplina de comportamento animal, criada por Luiz Carlos na Universidade Federal de Santa Catarina. O impacto total das exclusões, no entanto, é difícil de ser mensurado, como aponta Cláudio. “Os que foram expulsos eram a nata dos professores. É só ver o currículo de quem saiu. Nas comissões, estavam professores marginais, medíocres. Teve até membro do partido integralista, fascista. O que aconteceu foi uma vergonha para a Universidade. Fico feliz em ver a UFRGS recordar essa história, parabenizo o reitor e os professores, mas que instituição leva 50 anos para rever tamanha injustiça?”, questiona.

Cláudio, Luiz Carlos e outros professores que foram afastados só começaram a ver alguma reatuação da Universidade no fim de 2019, quando foi inaugurado um monumento no pátio do Câmpus Centro com os nomes dos docentes expurgados. Mas muitos dos personagens, vítimas, culpados, cúmplices ou testemunhas já não puderam ver o resgate da história. “Gosto muito de frisar que todos que participaram do meu processo estão mortos. Mas eu sigo aqui”, enfatiza Luiz Carlos.

Movimento estudantil – José Loguercio ingressou como estudante na UFRGS em uma época que não era das mais propícias para quem gosta de política. Em março de 68, começou o curso de Ciências Sociais e, logo em abril, foi eleito presidente do Centro Acadêmico. Em outubro, era presidente da

bancada regional da União Nacional dos Estudantes (UNE), que havia sido declarada ilegal pelo governo, e esteve presente em um momento histórico do movimento estudantil: o trigésimo congresso da entidade. O evento estava sendo realizado na cidade de Ibiúna (SP) até ser interrompido pelos militares, que prenderam todos os participantes. “Ficamos detidos por uma semana. Depois, 71 estudantes tiveram a prisão preventiva decretada, acusados de reorganizar a UNE. Em Porto Alegre, fui preso de novo durante uma reunião pelo direito dos excedentes [como ficaram conhecidos os estudantes que tinham média para aprovação no vestibular, mas não tinham ingresso assegurado por falta de vagas]. Depois de 15 dias recluso, fui levado para São Paulo, mas nesse meio tempo um advogado provou que a extinção da UNE foi ilegal. Então, tiveram que nos enquadrar no crime de manifestação pública, que tinha pena mínima de seis meses, a minha condenação”, recorda José.

No mesmo congresso, estava um estudante que viria a ser um nome importante da política em Porto Alegre e no Rio Grande do Sul: Raul Pont. Ele ingressou na UFRGS em 1964, no curso de História, mas mudou para Economia em 1966. Depois, esteve na linha de frente do movimento estudantil na resistência contra o regime militar, sendo presidente do Diretório Central de Estudantes Livre, em 1968 e 1969. “Além de colocar a UNE na clandestinidade, em 1967, a ditadura proibiu eleições diretas para os DCEs. Apesar disso, seguimos com votações diretas e mantivemos eleições para um diretório livre e reconhecido pela maioria das entidades estudantis”, lembra Raul. À época, foi testemunha também de outro marco histórico negativo para a UFRGS: o segundo movimento de cassação de professores pelo regime militar.

Aumento da repressão – Depois da publicação do Ato Institucional número 5, o AI-5, a repressão aos opositores do regime aumentou, assim como a arbitrariedade na perseguição política. Foi assim que 20 professores da UFRGS ficaram sabendo dos decretos que os demitiam através de transmissão de rádio da Hora do Brasil, um canal muito popular de informação à época. Diferentemente do que aconteceu em 1964, sequer houve preocupação em fazer parecer com que a decisão decorria de um processo legal, com direito à defesa e ao contraditório.

Claro que, mesmo dentro de um período de silenciamento, não deixaria de haver resistência, mas o medo imperava. “Ocupamos o prédio da Filosofia contra as cassações, mas nós [estudantes] ficamos isolados. Não havia, como hoje, entidade que representasse os reitores e

as universidades; a organização de professores e trabalhadores na instituição estava proibida. Alguns docentes achavam que devíamos recuar nas ações, com medo de mais cassações”, conta Raul. Ele reconhece que houve um pequeno número de educadores que resistiu silenciosamente, mas o impacto das demissões ia além dos afastados: os que ficavam conviviam com o medo que imperava no ambiente acadêmico. Em aula, nenhum professor se animava a levantar debates, e os estudantes não sabiam em quem se podia confiar. Então, não tinha como haver confronto de ideias. “Conseguíamos discutir alguma coisa, mas era fora da sala”, acrescenta Raul.

Em 29 de agosto de 1969, o governo publicou um decreto com 14 afastamentos. Mesmo em um período de medo e perseguição, alguns professores assinaram um documento exigindo a reintegração dos expurgados ou a demissão do reitor, Eduardo Faraco. Os signatários foram convocados a prestar esclarecimentos e retirar sua assinatura, sob pena de punição por insubordinação. Isso fez com que cerca de 20 docentes removeassem o nome do documento, mas outros seis mantiveram sua posição, acabando por se juntar na lista de afastados. Nesse ano, foram 20 expurgados. A perda da Uni-

versidade pelas expulsões ainda foi amplificada pelas demissões voluntárias em solidariedade a esses professores. Mais quatro docentes deixaram espontaneamente o quadro de servidores da UFRGS: Antônio Cheuiche, Gabriel de Azambuja de Britto Velho, Bruno Puntel e Maria Luísa de Carvalho Armando.

Em todo o regime, 37 professores foram expurgados da Universidade. Enquanto para algumas famílias das vítimas da ditadura brasileira recuperar a história é fazer justiça ao popular lema “perdoar, mas não esquecer”, para outras a única solução é responsabilizar aqueles que praticaram crimes hediondos, como os torturadores. Em ambos os casos, o direito à verdade histórica é imprescindível para o país, uma lição que fica marcada no pronunciamento de Rina Ricci, viúva do diretor da Faculdade de Filosofia expurgado da UFRGS, Angelo Ricci, que morreu em 1977. Durante uma homenagem póstuma ao docente, em 1979, ela disse: “A família Ricci, unida, desde o dia 17 de julho de 1977, concedeu anistia ampla, geral e irrestrita a todos os que perseguiram este homem, até o destruírem interiormente”.

Emerson Trindade Acosta, estudante do 8.º semestre de Jornalismo da UFRGS

Organizações de classe

Durante grande parte do regime militar, a organização sindical de servidores e professores foi proibida, por isso as categorias estavam reunidas na Associação Beneficente dos Servidores da UFRGS (Absurgs), que não tinha status de representação de classe. Só em 1978 surge a Associação dos Docentes da UFRGS (Adufrgs), já em um contexto de abertura política. No ano seguinte, em meio ao processo de anistia, a entidade lançou o livro *Universidade e Repressão*, lembrando as histórias dos professores cassados e o cenário de perseguição.

A professora aposentada Lorena Holzman é uma das autoras da obra e vê com muita preocupação as semelhanças, e mais ainda as diferenças, entre o cenário que as universidades viveram a partir de 1964 e o contexto atual. “Acho que a sociedade brasileira não enfrentou as mazelas do período militar como outros países da América do Sul. Quando eu perguntava aos alunos o que aconteceu em 1964, todos sabiam, mas ninguém tinha ideia do que ocorreu dentro da UFRGS. As universidades têm o dever de pesquisar e divulgar a história, além de ter um posicionamento oficial sobre o que aconteceu com professores, estudantes e funcionários. É assim que podemos avançar, até porque, hoje, o controle ideológico na universidade é pior. Os militares perseguiram pessoas que eles achavam ter a capacidade de desafiar o status quo de então. Atualmente, quem está sob ataque é o próprio ensino superior público”, argumenta.

Nos anos 1980, uma série de greves e mobilizações pela democratização do país pavimentaram o caminho para o retorno das entidades de classe e o surgimento da Associação dos Técnico-administrativos da UFRGS (Assufrgs). O grupo, que hoje representa ainda servidores da Universidade Federal das Ciências da Saúde de Porto Alegre (Ufcspsa) e do Instituto Federal do estado (IFRS), trabalha no resgate histórico do período, para não apagar uma era de silenciamento e perseguição também dos técnicos administrativos.

ufrgs.br/jornal

Quem foram os professores expurgados